Relatório de Atividades

1º Trimestre

2010

TCESP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - Exercício de 2019

Presidência
Conselheiro Antonio Roque Citadini

Vice-Presidência
Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues

Corregedoria
Conselheira Cristiana de Castro Moraes

Conselheiros
Renato Martins Costa
Robson Marinho
Substituído pelos Auditores:
JOSUÉ ROMERO (de 05/11/2018 a 02/02/2019)
SILVIA CRISTINA MONTEIRO MORAES (a partir de 04/02/2019)
Dimas Eduardo Ramalho
Sidney Estanislau Beraldo

Corpo de Auditores:
Auditor Samy Wurman - Coordenador

Auditores:
Alexandre Manir Figueiredo Sarquis
Antonio Carlos dos Santos
Josué Romero
Márcio Martins de Camargo
Silvia Monteiro
Valdenir Antonio Polizeli

Ministério Público junto ao Tribunal - MPC
Procurador Rafael Neubern Demarchi Costa - Procurador Geral

Procuradores:
Celso Augusto Matuck Feres Junior
Elida Graziane Pinto
João Paulo Giordano Fontes
José Mendes Neto
Leticia Formoso Delsin
Rafael Antonio Baldo
Rafael Neubern Demarchi Costa
Renata Constante Cestari
Thiago Pinheiro Lima

Secretaria-Diretoria Geral - SDG
Sérgio Ciquera Rossi

Departamento Geral de Administração - DGA
Carlos Eduardo Correa Malek

Departamento de Tecnologia da Informação – DTI
Fábio Correa Xavier

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 4
SUMÁRIO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS – Anexo ao Relatório do 1º Trimestre 13
1. CORPO DIRETIVO 13
2. DADOS CONSOLIDADOS DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS: 14
2.1 FÍSICOS: 14
2.2 ELETRÔNICOS: 15
3. DADOS CONSOLIDADOS DOS JULGAMENTOS 15
3.1 PELO TRIBUNAL PLENO 15
3.2 PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS 16
3.3 PELOS CONSELHEIROS EM DECISÕES SINGULARES 16
3.4 PELO CORPO DE AUDITORES 16
4. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL 16
4.1. SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG 16
4.1.1. Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e Jurisprudência (SDG-4). 16
4.1.2. Departamentos de Supervisão e Fiscalização - DSF's I e II 17
4.1.2.1. Núcleo de Acompanhamento de Execução Contratual - NAEC 17
4.1.3. Assessoria Técnico Jurídica – ATJ 17
4.1.4. Divisão de Auditoria Eletrônica – AUDESP 18
4.2. DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO 18
4.2.1. Diretoria de Contabilidade e Finanças 18
4.2.1.1. Planejamento e Orçamento 18
4.3. DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 25
4.4. GTP – GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA 25
4.5. CENTRO DE GESTÃO DO E-TCESP 27
4.6. OUVIDORIA 28
4.7. COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL 29
4.8. REVISTA DO TCE 29
4.9. ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO 30
4.10. CERIMONIAL 30
5. COMUNICADOS EXPEDIDOS 30

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição de Processos Físicos (Conselheiros e Auditores) 14
Tabela 2 - Distribuição de Processos Eletrônicos (Conselheiros e Auditores) 15
Tabela 3 - Processos Apreciados - DSFs 17
Tabela 4 - Expediente SAO nº 02001/2019-7-0003 19
Tabela 5 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2019 – Despesas Correntes 21
Tabela 6 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2019 – Despesas de Capital 21
Tabela 7 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2019 - Despesas Correntes 22
Tabela 8 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2019 - Despesas de Capital 22
Tabela 9 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2019 – Empenhado – Despesas Correntes 23
Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2019 – Empenhado – Despesas de Capital 23
Tabela 11 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2019 – Realizado – Despesas Correntes 24
Tabela 12 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2019 – Realizado – Despesas de Capital 24
Tabela 13 - Atividades da EPCP - 1º Trimestre 26
Tabela 14 – Atividades do Centro de Gestão do e-TCESP no trimestre. 27
Tabela 15 - Cursos, Palestras e Apresentações com participação do e-TCESP 28
Tabela 16 – Comunicados expedidos pelo GP 30
Tabela 17 – Comunicados expedidos pela SDG 31

APRESENTAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 33, § 3º, da Constituição Estadual, c.c. o artigo 3º, inciso IX da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993 e artigo 27, inciso XXXV do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, publicado no Diário Oficial do Estado de 15 de dezembro de 2010, o presente RELATÓRIO condensa as principais atividades desenvolvidas no âmbito desta Corte de Contas, no decurso do **primeiro trimestre** do exercício de 2019.

No Relatório estão abrangidas as atividades relacionadas com a ação da Fiscalização Contábil, Financeira, Orçamentária e Patrimonial do Estado e seus Municípios, exceto o da Capital, bem como, os aspectos estruturais e administrativos de ordem interna do TCESP.

Dentre as atividades desenvolvidas no 1º trimestre deste ano, destacam-se:

- **A 23ª edição do Ciclo de Debates com Agentes Políticos e Dirigentes Municipais**

Iniciada, em 11 de fevereiro, a realização de mais uma edição do Ciclo de Debates com Agentes Políticos e Dirigentes Municipais, tendo como objetivo central o esclarecimento de dúvidas concernentes à gestão administrativa e fiscalização dos órgãos jurisdicionados.

Sua abertura foi feita pela Presidência e ocorreu na Capital, nos dias 11 e 14/02, no Grande Auditório do Centro de Convenções Rebouças, com a presença de mais de 600 Agentes e Auxiliares - da Capital e das Unidades Regionais localizadas no interior e litoral.

Trata-se de uma atividade permanente deste Tribunal, que neste ano está em sua 23ª edição e tem um calendário anual para atender aos Gestores, abrangendo os municípios jurisdicionados.

Palestras e exposições sobre temas afetos às competências e atribuições dos servidores da Corte foram e serão ministradas por membros e servidores e também por especialistas convidados.

A programação consiste na realização de 20 reuniões, aproveitando-se a estrutura de descentralização da fiscalização do Tribunal que tem 20 regionais distribuídas no Estado.

Tais reuniões são abertas sempre com a presença do Presidente do Tribunal que se dispõe a atender os Prefeitos, e os Presidentes de Câmaras Municipais que a elas comparecem, seguindo-se após as palestras, a exposição feita pelos técnicos do Tribunal, abordando assuntos de interesse para a atividade jurisdicional. Há um painel de "perguntas e respostas" procurando dinamizar os trabalhos e esclarecer a maior parte de dúvidas que possam existir.

Acompanhando o Presidente, comparecem também Conselheiros, Auditores, membros do Ministério Público junto ao Tribunal, além de Diretores e dos técnicos palestrantes.

No trimestre, foram realizados encontros, nos dias 28 e 29/03, nas cidades de Mogi Guaçu e Campinas, atendendo-se aos municípios de cada região, como segue:

Data	Unidade Regional	Local	Municípios Abrangidos
28/03/2019	UR-19	Cerâmica Clube Mogi Guaçu	Aguaí, Águas da Prata, Águas de Lindóia, Amparo, Artur Nogueira, Caconde, Cosmópolis, Divinolândia, Engenheiro Coelho, Espírito Santo do Pinhal, Estiva Gerbi, Holambra, Itapira, Itobi, Lindóia, Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Monte Alegre do Sul, Santo Antônio de Posse, Santo Antônio do Jardim, São João da Boa Vista, São José do Rio Pardo, São Sebastião da Grama, Serra Negra, Socorro, Tapiratiba e Vargem Grande do Sul.
29/03/2019	UR-03	Câmara Municipal de Campinas	Americana, Atibaia, Bragança Paulista, Campinas, Campo Limpo Paulista, Capivari, Elias Fausto, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Itupeva, Jaguariúna, Jarinu, Jundiaí, Louveira, Mombuca, Monte Mor, Morungaba, Nova Odessa, Paulínia, Pedra Bela, Pedreira, Pinhalzinho, Santa Bárbara D'oeste, Sumaré, Tuiuti, Valinhos, Vargem, Várzea Paulista e Vinhedo.

➢ A realização de Fiscalizações Ordenadas:
(http://www.tce.sp.gov.br/ordenadas)

A fiscalização ordenada consiste em uma averiguação feita sem prévio aviso aos jurisdicionados, na qual os Agentes da Fiscalização do TCE vão a campo para inspecionar determinada área de atividade da administração estadual e municipal.

Do resultado de cada fiscalização ordenada é elaborado um relatório gerencial individualizado, com informações de interesse para o Conselheiro, relator do processo

anual do órgão fiscalizado, e outro, consolidado, com dados de interesse público, segmentados e regionalizados, que fica disponibilizado no site do Tribunal – www.tce.sp.gov.br/ordenadas.

No primeiro trimestre de 2019, o Tribunal realizou duas fiscalizações desse tipo:

- 1ª – 27/02 - fornecimento de material, livros e uniforme escolar
- 2ª – 26/03 - transporte escolar

a) 1ª Fiscalização Ordenada - no dia 27 de fevereiro - Fornecimento de Material, Livros e Uniforme Escolar.

Esta Fiscalização Ordenada teve como escopo aferir:

- Se foram entregues os materiais escolares neste exercício para os alunos (kits escolares, livros/apostilas e uniformes);
- Se foram entregues no início do ano letivo;
- Qual a porcentagem de alunos atendidos;
- Os procedimentos de recebimento e controle;

Em tópicos mais detalhados, visando constatar a efetividade da gestão, foram verificados:

- Controle de recebimento dos materiais escolares;
- Verificação da adequação, suficiência e conformidade com o edital ou memorial descritivo;
- Atuação do Controle Interno.

O registro fotográfico realizado na maioria dos órgãos fiscalizados proporciona um parâmetro importante da realidade da gestão deste setor do serviço público.

Os dados ora divulgados trazem a certeza de que há muito a ser feito e que as fiscalizações ordenadas implementadas pela Corte de Contas Paulista, além de subsidiar o gestor público, para eventuais correções que se façam necessárias, fortalecem sua interação com a sociedade.

Foram visitadas simultaneamente 252 unidades (80 escolas estaduais e 172 municipais), instaladas em 215 municípios, e a ação foi realizada por 273 agentes do Tribunal

Durante aproximadamente cinco horas, os 273 Agentes da Fiscalização checaram o fornecimento de materiais didáticos, livros e uniformes em escolas.

Na vistoria, as equipes do TCE, munidas de tablets, checaram in loco, entre outros pontos: se existia controle de distribuição dos uniformes e materiais; se os alunos estavam vestindo uniformes; se os livros e apostilas estavam estocados em locais adequados; se as características dos produtos fornecidos estavam de acordo com o previsto no edital ou memorial descritivo.

A ação detectou irregularidades nos locais visitados, **tais como: apostilas, livros e uniformes** *ainda pendentes de distribuição*; **cadernos** *estocados no chão ou em lugares inapropriados*; *e, ainda, falta de controle na distribuição dos materiais.*

No caso dos uniformes, a porcentagem dos **alunos que não havia recebido a vestimenta chegou a 33,33%**. Nesse item, o resultado da fiscalização apontou que **5,88% das escolas não apresentaram controle adequado de entrega**.

Quanto ao material escolar, a fiscalização apontou que **31,11% dos alunos ainda não o havia recebido, além de se registrar** sinais de ineficiência no controle de sua distribuição, pois **em 17,04% dos estabelecimentos** de ensino visitados havia **indícios de que os kits entregues não seriam suficientes para o uso durante todo o ano letivo**.

Quanto aos livros didáticos, o relatório apontou que **43,81% dos estudantes não os havia recebido. Em 11,86% das unidades, os livros/apostilas estavam armazenados em lugares inadequados.** Houve flagrantes desses materiais dispostos diretamente em contato ao chão, em salas destinadas às aulas de informática e até dentro de uma cozinha. **Em 12,95% das escolas visitadas não havia, igualmente, controle eficiente da distribuição.**

b) 2ª Fiscalização Ordenada – no dia 26 de março – Transporte Escolar.

O trabalho dessa fiscalização foi concebido e desenvolvido em três etapas, a saber:

1. Verificações “in loco” dos veículos utilizados para o transporte escolar, com foco nas condições dos mesmos mediante aferição visual, em itens como utilização de cintos de segurança, condição física e regularidade dos veículos, presença de Monitor de Transporte Escolar para acompanhamento e orientação dos alunos, etc.;

2. Aplicação de instrumentos de diagnóstico junto aos gestores do transporte escolar, com ênfase nos aspectos de controle das rotas, registro do tempo das viagens, quantidade de alunos atendidos, registro de condutores, etc.;

3. Levantamento de informações sobre as carteiras de habilitação dos condutores e as placas dos veículos de Transporte Escolar. Essas informações foram encaminhadas para o DETRAN para detectar possíveis irregularidades.

O resultado apresentou um diagnóstico da situação do transporte escolar oferecido pelos municípios selecionados, de modo a subsidiar eventuais correções na gestão do transporte por parte dos gestores públicos.

A operação durou oito horas, foi realizada em 218 municípios, visitando 269 escolas, vistoriou 583 veículos, e envolveu um efetivo de 280 fiscais do TCE.

O resultado registrou irregularidades quanto à segurança dos alunos que usufruem do serviço, havendo flagrantes que apontaram **veículos: com vidros quebrados; com assentos danificados; com aparelhos de medição de velocidade avariados; sem pintura com a identificação 'Escolar'; com lanternas quebradas, além de alguns casos de excesso de passageiros,** *e até mesmo um ônibus que, no momento da vistoria, transportava uma bacia que continha carne crua moída.* ***Quase metade dos estudantes (48,13%) estavam circulando sem cinto de segurança, e 16,16% dos veículos inspecionados não possuíam o equipamento*** *em boas condições de uso e em número igual ao da lotação.*

Deficiente manutenção veicular, pois, em 13,72% dos ônibus, peruas e vans, foram encontrados pneus carecas e 23,33% deles não apresentavam boas condições gerais de utilização. Além disso, **20,24% da frota** inspecionada **não estava equipada com extintor de incêndio exigido.**

A fiscalização revelou ainda que 9,64% dos estudantes que solicitaram o serviço de transporte escolar não foram atendidos e que 15,60% das Prefeituras não têm controle das rotas seguidas pelos veículos do transporte escolar.

De acordo com o Art. 4º, inciso VII, da Lei Federal nº 9.394/96, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o transporte escolar, ao lado de outros deveres do Estado, é um direito do estudante da rede pública de Ensino.

➢ Mapa de Obras em Atraso/Paralisadas:
(http://www.tce.sp.gov.br/paineldeobras)

Aproveitando o trabalho feito para atender ao pedido do Conselho Nacional de Justiça, sobre obras existentes no estado, em atraso/paralisadas, o Tribunal desenvolveu uma ferramenta – PAINEL DE OBRAS que traz a indicação das obras públicas municipais e estaduais, que estão em situação de atraso ou paralisação, permitindo ao cidadão verificar a relação completa delas, e a localização nos municípios.

Ao Conselho Nacional de Justiça as informações foram prestadas em planilha padronizada, pelos critérios por ele estabelecidos - *de estarem sendo realizadas ao longo dos últimos dez anos e com valor superior a R$ 1,5 milhão, e envolvendo projetos de infraestrutura, mobilidade,nas áreas de educação, saúde e habitação* - tendo-se detectado 219 obras em tal situação.

Dada a importância de se dar transparência ao assunto para bem informar à sociedade, a Presidência determinou a disponibilização daquela ferramenta no site e sua atualização periódica, **para servir de fonte de consulta pela sociedade e pela administração em geral.**

O primeiro levantamento detectou a existência de 1677 obras na situação de atraso ou de paralisação, **indicando**, ainda, que os **recursos envolvidos em tais obras ultrapassa o valor de $ 49 bilhões de reais.**

Do total das obras, **42,3% se utiliza de recursos oriundos de financiamentos** estabelecidos por meio **de convênios com a União.** Um percentual de **31,7% dos investimentos tem como principal fonte de recursos o Tesouro do Estado**, ***enquanto 23 % dos empreendimentos são realizados com recursos próprios da Administração.***

Importante ressaltar que as informações são prestadas e serão atualizadas pelos órgãos responsáveis por sua contratação, e o Tribunal faz sua divulgação, sendo certo que as utilizará para agir em suas fiscalizações.

Ressalta-se que, **daquelas 1677 obras, 317 são de responsabilidade do governo do Estado** e possuem um valor médio de R$ 145.272.295,50. **Entre os 5 maiores contratos,** dentre os 317 sob a responsabilidade estadual **estão os promovidos pela Companhia do Metropolitano de São Paulo (METRO) com a execução de serviços para implantação das Linha 6-Laranja, Linha 15-Prata, Linha 2-Verde e Linha 17-Ouro.**

Sob a responsabilidade dos municípios estão 1.360 obras, com valor médio de R$ 2.642.096,80. **Entre os principais empreendimentos** nessa situação de atraso e paralisação **estão obras de canalização de córregos, de urbanização de assentamentos precários, construção de hospitais, serviços de infraestrutura, e de tratamento de esgoto,** destacando-se os municípios de São Bernardo do Campo, Osasco e Bauru.

Em relação ao tipo, as obras estão assim classificadas:

- **24,39%** da amostra **se refere a obras da área de Educação** (Universidades, Faculdades, Escolas e similares);

- **22,24%** são relativas **à infraestrutura de equipamentos urbanos;**

- **18,07%** ligadas à contratações para fins de **mobilidade urbana;**

- **11,75 %** são referentes à **área da Saúde** (hospital, posto de saúde, UBS, CAPS), e

- **6,2%** destinadas para a **Habitação**.

Disposta de forma clara e de fácil navegação pelos interessados, a ferramenta foi desenvolvida pelo Departamento de Tecnologia da Informação – DTI, em conjunto com os Departamentos de Supervisão da Fiscalização (DSFs), sem custos externos para o Tribunal.

O internauta pode 'navegar' por meio de um mapa do Estado de São Paulo, e localizar, de forma interativa, as obras que se encontram com problemas de execução contratual. Pela interface, **o usuário pode**, ainda, **efetuar pesquisa** utilizando campos específicos **para determinar a localização da obra, sua classificação e situação em que se encontra, a origem dos recursos disponibilizados, bem como dados da contratante e os motivos da paralisação e/ou atraso.**

O mapa ainda disponibiliza gráficos que apontam as principais fontes de recursos dos empreendimentos e a classificação das obras por áreas temáticas (Educação, Saúde, Habitação, Mobilidade Urbana, Abastecimento de água e tratamento de esgoto e melhoria dos equipamentos urbanos).

Caso o usuário deseje acessar o conjunto das obras apontadas pela Corte de Contas, o sistema disponibiliza uma planilha de consulta, que informa, entre outros, **dados das empresas contratadas e o detalhamento dos serviços propostos e contratados pelos municípios e pelo Estado.**

➢ Alertas da Lei de Responsabilidade Fiscal

(http://www.tce.sp.gov.br/visor)

A Lei de Responsabilidade Fiscal impõe ao Tribunal fazer alertas aos Chefes dos Poderes e Órgãos, estaduais e municipais. Neste ano, tais alertas tiveram seu calendário e procedimento estabelecidos pelo ATO GP 05/2019, e passaram a ser objeto de publicação no Diário Oficial.

Foi igualmente desenvolvido pelo Departamento Técnico de Informação – DTI, e disponibilizado no site institucional da Corte, **o VISOR – Visão Social de Relatórios de Alertas LRF.**

A ferramenta disponibilizada **permite ao interessado localizar o município de interesse e conhecer a quantidade de alertas recebidos.**

Registre-se que no primeiro trimestre as análises contábeis da área estadual não indicaram necessidade de alerta aos Poderes Estaduais.

➢ Mapa das Câmaras

(http://www.tce.sp.gov.br/camarasmunicipais)

O Mapa das Câmaras traz informações de interesse para a Sociedade, no que se refere à população de cada município, ao número de Vereadores, à quantidade de funcionários lotados na Câmara, e ao gasto total com pessoal e custeio, indicando o gasto per capita.

Permite, também, ter-se a classificação das Câmaras por ordem de gasto.

A síntese das informações ali contidas **indica, em relação ao ano de 2018,** uma quantidade de **6.921 Vereadores**, de **14.840 funcionários** com um **gasto per capita de R$ 81,76,** *excetuando-se as despesas de capital*.

➢ Sumário das Atividades Administrativas

Como anexo deste Relatório segue sumário das atividades administrativas desenvolvidas nas áreas deste Tribunal, **neste primeiro trimestre** bem como valores de planejamento e execução do orçamento.

Acompanha, em forma de tabelas, dados consolidados dos processos distribuídos e julgados, tanto pelos colegiados, quanto pelos julgadores, de forma singular.

➢ Contas do Governador – Ano de 2019

A designação do relator das contas estaduais, em cumprimento ao previsto no artigo 38 do Regimento Interno, ocorre sempre no mês de janeiro de cada ano sob responsabilidade da Presidência da Corte e prevê que os processos referentes às contas do Governador do Estado obedecerão, na distribuição, ao sistema de rodízio, a começar dos Conselheiros mais antigos.

Obedecendo a tais critérios, **para relatar as contas do presente exercício de 2019 foi designado o Conselheiro RENATO MARTINS COSTA.**

Importa ressaltar que junto ao Tribunal de Contas funciona, conforme estabelece o Art. 5º da Lei Complementar nº 709/93, o Ministério Público e a Procuradoria da Fazenda do Estado:

- **o Ministério Público - MPC,** integrado por **9 Procuradores,** conforme dispõe a Lei Complementar 1.110/2010, e com suas atribuições definidas no Capítulo VII do Regimento Interno do Tribunal. No primeiro trimestre tramitaram pelo Ministério Público **9.181 processos**, incluindo físicos e eletrônicos.

- **a Procuradoria da Fazenda do Estado – PFE,** tem suas atribuições definidas no Capítulo VI do Regimento Interno do Tribunal, cabendo-lhe opinar em todos os processos que envolvam utilização de recursos do Tesouro Estadual. **No primeiro trimestre** de 201, a Procuradoria se manifestou em **2.015 feitos.**

Cabe registrar, por fim, que no primeiro trimestre o Presidente do Tribunal, integrou uma comissão formada por membros de Cortes de Contas do Brasil, e participou, no dia 28 de março, em Brasília, de audiência com o Ministro da Economia, Paulo Guedes.

Durante o encontro, que ocorreu na sede do Ministério da Economia, foram discutidas questões relacionadas às atividades de controle externo exercidas pelos Tribunais, bem como à atuação da fiscalização não apenas na legalidade e conformidade da gestão, mas na efetividade das políticas públicas.

Foi objeto de abordagem a parceria estabelecida entre as Cortes de Contas – da União, dos Estados e dos Municípios – e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que originou o Comitê Institucional de Diagnóstico de Grandes Obras Suspensas e Paralisadas. O intuito é realizar um trabalho conjunto para o levantamento da situação dos equipamentos públicos que já poderiam estar prontos e encontrar soluções para a retomada das obras.

Este, Senhor Presidente, o Relatório resumido das atividades desenvolvidas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no primeiro trimestre deste ano de 2019.

ANTONIO ROQUE CITADINI
PRESIDENTE

SUMÁRIO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS – Anexo ao Relatório do 1º Trimestre

1. CORPO DIRETIVO

No dia 1º de fevereiro de 2019, tomaram posse para o mandato de um ano os Conselheiros ANTONIO ROQUE CITADINI, Presidente, EDGARD CAMARGO RODRIGUES, Vice-Presidente e CRISTIANA DE CASTRO MORAES, Corregedora.

Em decorrência, o Tribunal Pleno e as Câmaras de Julgamento passaram a funcionar com a seguinte composição:

TRIBUNAL PLENO:

Conselheiro **ANTONIO ROQUE CITADINI – PRESIDENTE**

Conselheiro **EDGARD CAMARGO RODRIGUES - VICE-PRESIDENTE**

Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES - CORREGEDORA**

Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA**

Conselheiro **ROBSON MARINHO**
Substituído pelos Auditores:
JOSUÉ ROMERO (de 05/11/2018 a 02/02/2019)
SILVIA CRISTINA MONTEIRO MORAES (a partir de 04/02/2019)

Conselheiro **DIMAS EDUARDO RAMALHO**

Conselheiro **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO**

PRIMEIRA CÂMARA:

Conselheiro **EDGARD CAMARGO RODRIGUES - PRESIDENTE**

Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES**

Conselheira **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO**

SEGUNDA CÂMARA:

Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA – PRESIDENTE**

Conselheiro **ROBSON MARINHO**
Substituído pelos Auditores:
JOSUÉ ROMERO (de 05/11/2018 a 02/02/2019)
SILVIA CRISTINA MONTEIRO MORAES (a partir de 04/02/2019)

Conselheiro **DIMAS EDUARDO RAMALHO**

2. DADOS CONSOLIDADOS DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS:

2.1 FÍSICOS:

No 1º trimestre de 2019, foram distribuídos aos julgadores **449** processos físicos, conforme classificação abaixo.

Tabela 1 – Distribuição de Processos Físicos (Conselheiros e Auditores)

MATÉRIA	TOTAL
ACOMPANHAMENTO DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	1
APARTADO DE PREFEITURA MUNICIPAL	1
CONTRATO	10
CONVÊNIO – REPASSES PÚBLICOS TERCEIRO SETOR - ENTIDADE PRIVADA	1
EXECUCAO DE OBRAS E SERVICOS INSTRUÇÃO Nº 2/96	1
PRESTAÇÃO DE CONTAS – REPASSES TERCEIRO SETOR - ENTIDADE PRIVADA CONVÊNIO	79
PRESTAÇÃO DE CONTAS – REPASSES TERCEIRO SETOR – CONTRATO DE GESTÃO	30
PRESTAÇÃO DE CONTAS – REPASSES TERCEIRO SETOR – TERMO DE PARCERIA	3
PRESTAÇÃO DE CONTAS – REPASSES TERCEIRO SETOR – VALOR INFERIOR	1
PRESTAÇÃO DE CONTAS - REPASSES ÓRGÃOS PÚBLICOS – CONVENIO	43
RECURSO ORDINÁRIO	266
REPRESENTAÇÃO	2
RESCISÃO DE JULGADO	6
REVISÃO DE JULGADO	4
TERMO DE PARCERIA	1
Total Geral	**449**

2.2 ELETRÔNICOS:

No 1º trimestre de 2019, foram distribuídos **11.105** processos eletrônicos, conforme classificação abaixo

Tabela 2 - Distribuição de Processos Eletrônicos (Conselheiros e Auditores)

MATÉRIA	GABINETE								Total Geral
	GCECR	GCRMC	GCCCM	GCDER	GCSEB	GCRRM	CA	GP	
Ações	1	1	1	1	4	2	0	13	23
Adiantamentos	8	10	10	9	8	10	0	0	55
Apartados	0	0	0	0	0	0	113	2	115
Atos de Pessoal	47	47	52	48	55	70	1039	0	1358
Balanço Geral do Exercício	17	53	98	33	28	33	677	0	939
Concurso Público	0	2	1	0	2	1	0	0	6
Contas de Câmara	107	107	108	107	107	108	0	0	644
Contas de Prefeitura	144	141	152	138	139	149	0	2	865
Contas do Governador	0	3	0	0	0	0	0	0	3
Contratos	315	272	259	315	287	367	101	9	1925
Controle de Prazos	16	17	16	16	15	17	26	1	124
EPE	120	109	99	116	119	119	0	3	685
Expedientes	64	76	87	85	82	81	45	107	627
Expedientes do Ministério Público	68	56	69	92	93	50	98	134	660
Expedientes do Poder Judiciário	23	14	17	14	12	27	11	77	195
Instrução de Representação	0	0	0	0	0	0	0	36	36
Recursos	78	87	98	109	103	110	16	149	750
Relatório de Fiscalização	141	133	165	135	254	150	0	0	978
Repasses Públicos	78	90	78	56	84	73	572	2	1033
Representação	5	7	18	4	0	3	1	1	39
Tomada de Contas – Previdência	0	0	0	0	0	0	45	0	45
Total Geral	**1232**	**1225**	**1328**	**1278**	**1392**	**1370**	**2744**	**536**	**11.105**

TOTAL GERAL – PROCESSOS DISTRIBUÍDOS – FÍSICOS + ELETRÔNICOS	**11.554**

3. DADOS CONSOLIDADOS DOS JULGAMENTOS

3.1 PELO TRIBUNAL PLENO

No 1º trimestre do presente exercício, foram realizadas **7 Sessões Ordinárias**. Nessas sessões, o Tribunal Pleno:

- Apreciou **547 processos**, devidamente inseridos nas pautas de julgamento, publicadas na Imprensa Oficial.
- Analisou **386 representações** em Sede de Exame Prévio de Edital, quando o Tribunal, antecipadamente, aprecia editais de licitação lançados pelos órgãos jurisdicionados, aos quais recaem impugnações levadas ao conhecimento da Corte de Contas, antes do recebimento das propostas.

No período, o Egrégio Plenário se reuniu em **5 Sessões** para tratar de assuntos internos de **natureza administrativa**.

3.2 PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS

As Câmaras do Tribunal de Contas reuniram-se **7 vezes** cada uma, em Sessões Ordinárias, sendo apreciados **804 processos pela Primeira Câmara** e **746 pela Segunda Câmara**, conforme decisões publicadas na Imprensa Oficial.

3.3 PELOS CONSELHEIROS EM DECISÕES SINGULARES

No 1º trimestre de 2019 foram proferidas **522 sentenças**. Mencionadas decisões monocráticas foram devidamente publicadas no Diário Oficial do Estado, em respeito às normas legais que regem a matéria.

3.4 PELO CORPO DE AUDITORES

O Corpo de Auditores é constituído por sete ocupantes do Cargo de Auditor, que foi criado pela Lei Complementar nº 979, de 8 de dezembro de 2005.

Entre outras competências previstas no Regimento Interno e Resoluções Nºs 01/2012, 03/2012, 02/2013 e 09/2014, ressalta-se a substituição dos Senhores Conselheiros em suas ausências e impedimentos.

No 1º Trimestre de 2019, **1.670 autos** receberam julgamento por parte dos Senhores Auditores, enquanto **471** foram objeto de despacho de diferimento.

4. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL

4.1. SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG

Compete à Secretaria-Diretoria Geral a responsabilidade de supervisionar ações da fiscalização exercidas pelo Tribunal, bem como dar assistência às sessões do Tribunal Pleno e Câmaras, na conformidade do disposto nos Artigos 211 a 213, do Regimento Interno.

O Senhor Secretário-Diretor Geral, no trimestre, se manifestou em **1.380 processos.**

4.1.1. Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e Jurisprudência (SDG-4).

Os Setores de Pauta, Taquigrafia e Jurisprudência, subordinados à SDG, são responsáveis pela inclusão dos processos na Ordem do Dia, bem assim, pela publicação e acompanhamento das pautas de julgamento, com a elaboração dos serviços de taquigrafia que condensam todos os relatórios e discussões que precedem os julgamentos nas sessões, bem como pela elaboração de atas e notas taquigráficas.

Responsabilizam-se, também, pela pesquisa e elaboração de certidões e administração da relação de responsáveis por contas julgadas irregulares, disponibilizada à Justiça Eleitoral.

Considerando a 1ª Câmara, 2ª Câmara e o Tribunal Pleno, foram pautados, no período, **2.483 processos**, dos quais **203** resultaram em notas taquigráficas.

A seção de Jurisprudência, em cumprimento à Resolução CNJ 156/12, emitiu **1.819 certidões**. Desse quantitativo, **7** foram requisitadas via protocolo do TCESP (Sede e Regionais) e **1.812** via INTERNET.

4.1.2. Departamentos de Supervisão e Fiscalização - DSF's I e II

Aos Departamentos de Supervisão e Fiscalização I e II, que respondem à SDG, estão afetas **10 Diretorias de Fiscalização (DF's), 01 Diretoria de Contas do Governador (DCG) e 20 Unidades Regionais (UR's)**.

Considerando as áreas municipais e estaduais, foram instruídos **14.233 processos** por ambos os Departamentos de Supervisão e Fiscalização, tendo os dois, adicionalmente, realizado exames "in loco" na conformidade dos roteiros organizados internamente.

Tabela 3 - Processos Apreciados - DSFs

	DSF-I	DSF-II
Processos Físicos	**952**	**1.408**
Processos Eletrônicos	**9.215**	**2.648**
TOTAL	**10.167**	**4.056**

4.1.2.1. Núcleo de Acompanhamento de Execução Contratual - NAEC

Criado pelo Ato GP nº 12/2014, e subordinado aos Departamentos de Supervisão da Fiscalização I e II, o NAEC é responsável pela verificação e avaliação da execução contratual em procedimentos de fiscalização de ajustes celebrados pelas Administração - Estadual e Municipal - para contratação de obras e serviços de engenharia.

No trimestre, dos ajustes já eleitos pelas Diretorias de Fiscalização e Unidades Regionais, por meio de sistema próprio, o NAEC selecionou para análise específica 24 novas contratações de obras e serviços de engenharia, tendo, no mesmo período, instruído 43 processos da mesma natureza. No fim de março, o Núcleo registrou um total de 305 autos sob seu acompanhamento.

4.1.3. Assessoria Técnico Jurídica – ATJ

Área técnica, subordinada à Secretaria-Diretoria Geral, é responsável pela análise dos aspectos jurídicos, econômicos e de engenharia.

No trimestre, a Assessoria Técnico Jurídica exarou **7.160 manifestações** em processos que lhe foram submetidos.

4.1.4. Divisão de Auditoria Eletrônica – AUDESP

A Divisão de Auditoria Eletrônica é a área responsável pelo gerenciamento, manutenção e desenvolvimento do Sistema AUDESP que coleta, por meio da tecnologia da informação, dados orçamentários, contábeis, financeiros, patrimoniais e operacionais das entidades jurisdicionadas. Este sistema permitiu maior agilidade nos trabalhos e a qualidade dos dados, e como consequência natural, elevou o grau de eficiência e eficácia desta Corte de Contas no cumprimento da sua missão constitucional de fiscalizar e controlar as contas públicas paulistas, em benefício da sociedade.

A Divisão de Auditoria Eletrônica também subsidia e apoia a ação fiscalizatória do Tribunal, por meio de indicadores e informações estratégicas que direcionam o planejamento da inspeção nos órgãos jurisdicionados.

No primeiro trimestre de 2019 a Divisão de Auditoria Eletrônica – Audesp efetuou **1.974 atendimentos** sobre questões referentes ao próprio Sistema AUDESP – Módulos I, II, III e IV, bem como ao IEGM – Índice de Efetividade da Gestão Municipal.

4.2. DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento subordinado à Presidência e responsável pela atividade meio do TCESP (Área Administrativa). É composto por 02 Seções de Apoio Administrativo (DGA-1 e DGA-2) e 10 Diretorias.

O Diretor Geral de Administração, no trimestre, se manifestou em **1.888** processos.

4.2.1. Diretoria de Contabilidade e Finanças

Responsável pela execução orçamentária do Tribunal. Efetua o acompanhamento sistemático do orçamento aprovado por lei, com ênfase à receita e despesa realizadas, por período, apresentando relatórios à Presidência.

4.2.1.1. Planejamento e Orçamento

O Orçamento do Estado para o corrente exercício, aprovado pela Lei n.º 16.923 de 07 de janeiro de 2019, que “Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2019” foi elaborado em observância à Lei nº 16.884, de 21 de Dezembro de 2019 que “Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para 2019”.

A dotação para as despesas deste Tribunal foi fixada em **R$ 957.242.638,00**, sendo **R$ 957.242.626,00** para Despesas Correntes (inclusive Pessoal e Encargos) e **R$12,00** para as Despesas de Capital.

O processo de execução do Orçamento do Estado é regulamentado pela Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964 e obedece às normas estabelecidas para o

exercício, quais sejam, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei n.º 16.884/18), o Decreto n.º 64.078, de 21 de janeiro de 2019, que fixa normas para a Execução Orçamentária e Financeira do Exercício de 2019 e a Portaria Conjunta CAF-CO-001, de 22 de janeiro de 2019.

A Programação Orçamentária da Despesa do Estado - PODE é a constante do Anexo do Decreto de Execução Orçamentária e Financeira do exercício de 2019 (Decreto n.º 64.078/2019) e reflete as dotações orçamentárias aprovadas na Lei do Orçamento.

Com relação às alterações orçamentárias ocorridas até o presente momento, foram concedidas suplementações ao orçamento vigente, com recursos provenientes do excesso de arrecadação, incluindo a receita diferida, da Fonte 3 – Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa do TCE, devidamente confirmados pela Secretaria da Fazenda, no valor total de **R$ 5.400.000,00**, através dos expedientes gerados no Sistema de Alterações Orçamentárias – SAO da Secretaria de Planejamento e Gestão, conforme a seguir:

- **Expediente SAO n.º 02001/2019-4-0001**, concluído em 15/02/2019, no valor total de **R$5.400.000,00**, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 3 – Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa, confirmados na Informação CAF n.º 020030-1/2019, de 08/02/2019, na seguinte conformidade: **R$2.400.000,00** na Ação 1.361 - Plano de Investimentos do TCE, sendo **R$1.000.000,00** para Elaboração do projeto básico para a construção da Regional de Andradina e **R$ 1.400.000,00** para aquisição de imóvel para a Sede da Regional de Ituverava – UR-17; e **R$ 3.000.000,00** na Ação 4.821, Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária, para aquisição de mobiliário para atender a demanda dos novos servidores, equipamentos de informática (firewalls) para segurança das informações do TCE e plataformas elevatórias para diversas regionais desse Tribunal de Contas.

Registra-se ainda, no trimestre, alterações orçamentárias referentes à antecipação de cotas entre elementos de despesa, conforme expediente abaixo especificado:

- **Expediente SAO nº 02001/2019-7-00003**, concluído em 25/02/2019, referente à antecipação de cotas entre elementos de despesa à conta da Fonte 1 – Tesouro do Estado nos termos da lei 16.923, de 7 de Janeiro de 2019, visando o pagamento de Pessoal, no valor total de **R$ 3.400.000,00** na seguinte conformidade:

Tabela 4 - Expediente SAO nº 02001/2019-7-0003

Mês	Redução:
Dezembro/2019	R$ 3.400.000,00
Mês	Suplementação:
Janeiro/2019	R$ 1.700.000,00
Fevereiro/2019	R$ 1.700.000,00

Mediante a publicação do Decreto n.º 64.151, de 22 de março de 2019, foram transferidos para a Secretaria da Fazenda, recursos orçamentários do Tribunal de Contas, no valor de **R$ 75.534,00**, à conta da Fonte 1-Tesouro, visando a cobertura de despesas correntes para o atendimento dos serviços de apoio educacional e operacional – Creche, conforme Termo de Cooperação Mutua celebrado entre o Governo do Estado e o Tribunal de Contas do Estado nos termos do expediente SAO n.º nº 2001/2019-1-00004 apensado no expediente da Secretaria da Fazenda no SAO nº 20006/2019-1-00002.

Os quadros a seguir demonstram a Programação Inicial dos recursos destinados ao Tribunal de Contas, no Orçamento do Estado para 2019, em seguida a Execução Orçamentária, detalhando as alterações mensais na programação inicial, bem como os valores Empenhados e Realizados até o mês de março do corrente exercício.

Observa-se que os dados do último mês do trimestre são sempre provisórios, uma vez que o encerramento do mês no SIAFEM ocorre por volta do dia 18 do mês seguinte.

Tabela 5 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2019 – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	71.388.137	7.727.316	622.825	-	8.350.141	79.738.278
Fevereiro	71.388.137	7.727.316	622.825	-	8.350.141	79.738.278
Março	71.388.137	7.727.316	622.825	-	8.350.141	79.738.278
Abril	71.388.137	7.727.316	622.825	-	8.350.141	79.738.278
Maio	71.388.137	7.727.316	622.825	-	8.350.141	79.738.278
Junho	71.388.137	7.727.316	622.825	-	8.350.141	79.738.278
Julho	71.388.137	7.727.316	622.825	-	8.350.141	79.738.278
Agosto	71.388.137	7.727.316	622.825	-	8.350.141	79.738.278
Setembro	71.388.137	7.727.316	622.825	-	8.350.141	79.738.278
Outubro	71.388.137	7.727.316	622.825	-	8.350.141	79.738.278
Novembro	71.388.137	7.727.316	622.825	-	8.350.141	79.738.278
Dezembro	71.731.000	7.764.720	625.848	-	8.390.568	80.121.568
TOTAL	**857.000.507**	**92.765.196**	**7.476.923**	-	**100.242.119**	**957.242.626**

(Valores em R$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado
Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa
Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 6 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2019 – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	0	0	-	0	79.738.278
Fevereiro	0	0	-	0	79.738.278
Março	0	0	-	0	79.738.278
Abril	0	0	-	0	79.738.278
Maio	0	0	-	0	79.738.278
Junho	0	0	-	0	79.738.278
Julho	0	0	-	0	79.738.278
Agosto	0	0	-	0	79.738.278
Setembro	0	0	-	0	79.738.278
Outubro	0	0	-	0	79.738.278
Novembro	0	0	-	0	79.738.278
Dezembro	0	12	-	12	80.121.580
TOTAL	0	**12**	-	**12**	**957.242.638**

(Valores em R$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado
Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa
Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 7 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2019 - Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	73.088.137	7.727.316	622.825	-	8.350.141	81.438.278
Fevereiro	73.088.137	7.651.782	622.825	-	8.274.607	81.362.744
Março	71.388.137	7.727.316	622.825	-	8.350.141	79.738.278
Abril	71.388.137	7.727.316	622.825	-	8.350.141	79.738.278
Maio	71.388.137	7.727.316	622.825	-	8.350.141	79.738.278
Junho	71.388.137	7.727.316	622.825	-	8.350.141	79.738.278
Julho	71.388.137	7.727.316	622.825	-	8.350.141	79.738.278
Agosto	71.388.137	7.727.316	622.825	-	8.350.141	79.738.278
Setembro	71.388.137	7.727.316	622.825	-	8.350.141	79.738.278
Outubro	71.388.137	7.727.316	622.825	-	8.350.141	79.738.278
Novembro	71.388.137	7.727.316	622.825	-	8.350.141	79.738.278
Dezembro	68.331.000	7.764.720	625.848	-	8.390.568	76.721.568
TOTAL	**857.000.507**	**92.689.662**	**7.476.923**	-	**100.166.585**	**957.167.092**

(Valores em R$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado
Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa
Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 8 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2019 - Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	CORRENTE+CAPITAL
Janeiro	0	0	-	0	81.438.278
Fevereiro	0	5.400.000	-	5.400.000	86.762.744
Março	0	0	-	0	79.738.278
Abril	0	0	-	0	79.738.278
Maio	0	0	-	0	79.738.278
Junho	0	0	-	0	79.738.278
Julho	0	0	-	0	79.738.278
Agosto	0	0	-	0	79.738.278
Setembro	0	0	-	0	79.738.278
Outubro	0	0	-	0	79.738.278
Novembro	0	0	-	0	79.738.278
Dezembro	0	12	-	12	76.721.580
TOTAL	**0**	**5.400.012**	-	**5.400.012**	**962.567.104**

(Valores em R$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado
Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa
Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais – PROMOEX

Tabela 9 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2019 – Empenhado – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	73.088.057,05	18.180.269,82	297.840,63	-	18.478.110,45	91.566.167,50
Fevereiro	70.311.812,76	21.393.988,89	59.084,16	-	21.453.073,05	91.764.885,81
Março	282.073,85	4.343.823,49	279.999,50	-	4.623.822,99	4.905.896,84
TOTAL	**143.681.943,66**	**43.918.082,20**	**636.924,29**	-	**44.555.006,49**	**188.236.950,15**

(Valores em R$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado
Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa
Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2019 – Empenhado – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	-	-	-	-	91.566.167,50
Fevereiro	-	147.833,17	-	147.833,17	91.912.718,98
Março	-	6.880,00	-	6.880,00	4.912.776,84
TOTAL	**-**	**154.713,17**	**-**	**154.713,17**	**188.391.663,32**

(Valores em R$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado
Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa
Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais – PROMOEX

Tabela 11 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2019 – Realizado – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	73.088.057,05	4.899.099,90	32.403,35	-	4.931.503,25	78.019.560,30
Fevereiro	70.311.812,76	5.324.798,61	271.833,96	-	5.596.632,57	75.908.445,33
Março	282.073,85	2.562.180,99	216.001,42	-	2.778.182,41	3.060.256,26
TOTAL	**143.681.943,66**	**12.786.079,50**	**520.238,73**	-	**13.306.318,23**	**156.988.261,89**

(Valores em R$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado
Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa
Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 12 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2019 – Realizado – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	-	-	-	-	78.019.560,30
Fevereiro	-	-	-	-	75.908.445,33
Março	-	-	-	-	3.060.256,26
TOTAL	-	-	-	-	**156.988.261,89**

(Valores em R$ 1)

Fonte 1 - Tesouro do Estado
Fonte 3 - Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa
Fonte 5 - Recursos Vinculados Federais – PROMOEX

Em cumprimento ao disposto no artigo 170, parágrafo 2º, da Constituição do Estado de São Paulo, o Balancete Bimestral da Execução Orçamentária do Tribunal de Contas, referente ao 1º bimestre, foi publicado Diário Oficial do Estado do dia 3 de abril de 2019.

4.3. DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Subordinado à Presidência e composto pela Seção Técnica de Gestão e Relacionamento - DTI-1; Seção Técnica de Segurança da Informação - DTI-2; Divisão de Sistemas – DSIS; e Divisão de Tecnologia – DTEC, presta assessoria na área de Informática sendo responsável pela análise e acompanhamento de todas as atividades voltadas à tecnologia da informação, como testes de segurança de sistemas; homologação de softwares; operação e monitoramento de sistemas; implementação de novas soluções de tecnologia; gerencia a plataforma de envio e recebimento de e-mails corporativos e guarda, manutenção e distribuição de equipamentos.

No trimestre, o Departamento de Tecnologia da Informação desenvolveu as soluções tecnológicas já reportadas, como o Mapa das Câmaras, Painel de Obras e o Sistema Visor. Ademais, conduziu reuniões e treinamentos diversos, apoiando o Comitê Estratégico, AUDESP e as demais áreas da Casa, além de prestar suporte tecnológico às Fiscalizações Ordenadas realizadas pelo TCE no trimestre.

Com relação ao serviço de atendimento ao usuário, o DTI realizou **6.870 atendimentos telefônicos**, sendo **4.730 para usuários internos e 2.140 para usuários externos**, realizando, ainda, **296 atendimentos** via WebChat. No período também foram gerados **2.605 chamados de atendimento**, com um total de **2.636 finalizados**.

O Departamento atuou também no aperfeiçoamento de soluções tecnológicas já existentes, disponibilizando o novo Portal de Transparência Municipal e incorporando atualizações ao Portal do Controle Externo e ao Sistema de Seleção de Ajustes.

4.4. GTP – GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA

Subordinado à Presidência, é responsável pelo Assessoramento no exame preliminar dos pressupostos de recursos, ações de rescisão e revisão, representações e expedientes diversos. Atua na área do contencioso, representando o Tribunal de Contas nos feitos judiciais.

O GTP, no primeiro trimestre, manifestou-se em **911 processos e expedientes físicos e eletrônicos**, compreendendo a análise da admissibilidade de consultas, recursos diversos, ações de revisão e rescisão de julgado, bem como a verificação e respectivo encaminhamento de informações encaminhadas por órgãos públicos, comunicações de irregularidades, representações, matérias relacionadas a pessoal e licitações processadas por este Tribunal.

O Contencioso-GTP prestou informações à Procuradoria Geral do Estado em **61 processos e expedientes físicos**. Além disso, o setor procedeu ao acompanhamento de **732 ações** em que este Tribunal é parte (polo passivo) e de **85 processos judiciais** a pedido dos Eminentes Conselheiros, promovendo manifestações sempre que oportuno.

Ao GTP também se encontra vinculada a **Escola Paulista de Contas Públicas** que, no trimestre, realizou **58 eventos**, dentre reuniões, cursos internos e externos. Merecem destaque os seguintes:

- 23º Ciclo de Anual de Aperfeiçoamento do Pessoal da Fiscalização;
- SEMEAR Educação - Caminhos para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável;
- Lançamento do "Observatório do Futuro" do TCE-SP;
- Compliance no Brasil; e
- Palestra Internacional Dialogues;

A Biblioteca do TCESP – subordinada à EPCP **– realizou 644** atendimentos realizados, sendo **118** através do Sistema Online Sophia e **546** presenciais.

Tabela 13 - Atividades da EPCP - 1º Trimestre

1º Trimestre – 2019	Quantidade De Eventos	Nº de Participantes	Acessos "on-line"
Reuniões Pedagógicas	27	294	-
Cursos/Eventos Nas dependências da EPCP e/ou Auditórios TCESP	24	1616	1631
Cursos/Eventos Em outras dependências ou Instituições	19	931	-
TOTAL	**70**	**2.841**	**1.631**
Cursos de Curta Duração – Externos	18	37	-
TOTAL	**88**	**2.878**	

4.5. CENTRO DE GESTÃO DO E-TCESP

Instituído pelo Ato GP nº 11/2012, o Centro de Gestão do e-TCESP é responsável, dentre outras incumbências, pelo planejamento, organização, coordenação, aperfeiçoamento e controle das atividades voltadas ao desenvolvimento do Sistema de Processo Eletrônico da Corte.

No trimestre, o quadro geral das atividades conduzidas pelo Centro de Gestão do e-TCESP apresenta os seguintes números consolidados:

Tabela 14 – Atividades do Centro de Gestão do e-TCESP no trimestre.

	Descrição	Jan	Fev	Mar	Total
Atendimentos	Telefone	**951**	**869**	**956**	**2.776**
	Fale Conosco	**791**	**894**	**802**	**2.487**
	"Web"	423	399	358	1.180
	"Phone"	21	47	38	106
	E-mail	37	33	35	105
	Outros	310	415	371	1.096
Cópias Digitais (CDs) – Íntegras de Processos		**72**	**173**	**155**	**400**
Envio de e-mails (Comunicados)		**0**	**0**	**750**	**750**
Cadastros	Advogados	**124**	**172**	**178**	**474**
	Partes	**501**	**586**	**477**	**1.564**
	Órgãos	**7**	**16**	**14**	**37**
	Participação **PILOTO**[1]	**2**	**2**	**0**	**4**
	Processos Cadastrados **PILOTO**	**6**	**8**	**5**	**19**
	Liberação do **PILOTO** para Produção	**2**	**0**	**0**	**2**

Em relação às atividades sistêmicas, voltadas ao desenvolvimento, evolução e manutenção do e-TCESP, destacam-se:

- Implementação da funcionalidade de resultado de decisão:
  - Estudo e definição das regras de registro de resultados
  - Segmentação do tipo de envio ao colegiado
  - Registro de resultados pelos colegiados conforme matéria e envio
  - Registro de resultados pelos gabinetes conforme matéria
  - Busca por resultado de decisão
- Elaboração da Listagem de Exames Prévios de Edital e Concurso Público
- Listagem de processos em pauta por colegiado
- Autuação das contas anuais do exercício de 2019:
  - Balanço Geral do Exercício
  - Contas de Câmara
  - Contas de Prefeitura
  - Contas do Governador
  - Relatório de Fiscalização
  - Tomada de Contas – Previdência Municipal
- Extração de planilhas e arquivos para estudo de análise preditiva de termos contratuais (AUDESP)
- Atualização e otimização do componente de carregamento de bibliotecas do sistema

[1] Participação Piloto: participação realizada pelos órgãos jurisdicionados, em caráter de teste, para autuação direta de contratos pela própria parte, eletronicamente, sem necessidade de remessa de mídia digital ao TCE.

Compete também ao Centro de Gestão do e-TCESP prestar atendimento aos usuários internos e externos, orientando-os quanto às formas de acesso ao sistema e seu manuseio. Neste sentido, o Centro de Gestão participou, no trimestre, dos seguintes eventos:

Tabela 15 - Cursos, Palestras e Apresentações com participação do e-TCESP

CURSOS, PALESTRAS, APRESENTAÇÕES e outros					
Data do evento	Local	Tipo de Público	Participantes	Presentes	Nome do evento/reunião
17/01	EPCP	Interno	Gabinetes	53	Apresentação de novas funcionalidades em especial a implementação do "Resultado de Decisão".
23/01	EPCP	Interno	Servidores do Gabinete e Cartório da CCCM	11	Noções gerais de gerenciamento de processos no Gabinete/Cartório.
28/01	Presidência	Interno	Gabinetes e GP	20	Discussão sobre o fluxo de EPE, com extração da lista automática para publicação.
15/02	TJ/SP	Externo		8	Visita Técnica.
15/03	Sala de Reuniões eTCESP	Interno	Servidores da SDG 1 (taquigrafia) e SDG 3 (pauta)	10	Ajuste de procedimentos relativos a tramitação de processos nos Colegiados, com a implementação do "Resultado de Decisão".

4.6. OUVIDORIA

Instituída pela Resolução nº 03/2015 – DOE 12/03/2015 – realizou **1.336 atendimentos** neste Trimestre.

A Ouvidoria também é responsável pelo **Serviço de Informação ao Cidadão SIC**, que, no período, atendeu **116 pedidos** de informações. Abaixo quadro resumo dos atendimentos realizados:

Registra-se ainda o total de **6.543** solicitações de suporte efetuadas por cidadãos e jurisdicionados por meio do Portal da Ouvidoria. Estas solicitações foram devidamente encaminhadas às áreas técnicas da Corte, responsáveis por tais atendimentos.

4.7. COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Compete à Coordenadoria de Comunicação Social do TCESP desenvolver ações de comunicação que valorizem a missão constitucional do TCESP. A unidade, também subordinada à Presidência, é encarregada de produzir as informações necessárias à divulgação pública das decisões do TCESP e iniciativas institucionais.

No 1º trimestre, foram produzidas pela CCS:

- **114 matérias** noticiando julgamentos de processos (envolvendo decisões das Câmaras e do Pleno) e institucionais (sobre agenda, seminários, cursos, artigos e eventos internos e externos);

- **57 edições** de notícias públicas no Diário Oficial do Estado;

- **13 edições** da Newsletter "Notícias do Plenário", com periodicidade semanal, contendo as principais notícias e links das decisões/julgamentos das Câmaras e Tribunal Pleno.

A tabela a seguir apresenta os principais dados relativos às Redes Sociais em que o TCE-SP se faz presente:

	13.298 curtidas de página e 13.454 seguidores desde a abertura da conta oficial do TCESP no Facebook em 2013.
	7.092 tweets (mensagens encaminhadas) desde 2009 (abertura da conta oficial do TCESP no Twitter) e 4.353 seguidores.
	2.549 inscritos desde a abertura da conta oficial do TCESP no YouTube em 2013 e 160.523 visualizações.
	11.699 fotos postadas desde abertura da conta oficial do TCESP no Flickr em 2015.

4.8. REVISTA DO TCE

Elaborada sob a orientação e responsabilidade da Vice-Presidência, no primeiro trimestre teve-se a edição nº 143 da Revista do Tribunal, na qual se destaca, dentre outros fatos que marcaram o último quadrimestre de 2018: a eleição da nova Mesa Diretora, as fiscalizações ordenadas, os encontros com gestores e jurisdicionados, os cursos de capacitação, as oficinas técnicas, que são ações conjuntas com outros órgãos e instituições para fortalecer o trabalho de controle externo. A edição está disponível para leitura e download no site institucional da Corte.

Registra-se, ainda, como destaque naquela edição, a menção honrosa recebida pelo TCESP no Prêmio Innovare - maior premiação jurídica do país; do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M) - que mede a eficiência das Administrações Públicas, que concorreu e foi finalista em uma disputa com 89 projetos de práticas inscritas por Cortes de vários Estados.

A Revista do TCESP traz ainda a íntegra de votos e jurisprudências que foram destaque durante as sessões de julgamento.

4.9. ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Polícia Militar do Estado de São Paulo atua junto ao TCE pela presença da unidade APMTCE - Assessoria Policial Militar do Tribunal de Contas do Estado, que, além das funções próprias de assessoramento, executa ações de segurança pública e atendimento à população através do posto policial instalado nas dependências da Corte.

4.10. CERIMONIAL

Compete ao Cerimonial acompanhar a agenda da Sr. Presidente (e Conselheiros, quando solicitado), participando da elaboração de roteiros relacionados a visitas externas, eventos e viagens de caráter institucional. Atua, ainda, na recepção de autoridades que visitam o TCESP.

No 1º trimestre de 2019, o Cerimonial se fez presente em **7 eventos internos, 4 eventos externos, além de atuado em 3 audiências internas.**

5. COMUNICADOS EXPEDIDOS

Objetivando difundir novas ações, procedimentos e demais informações afetas às ações fiscalizatórias desta Corte, o Tribunal de Contas do Estado exarou comunicados destinados aos jurisdicionados e ao público em geral, que seguem abaixo e podem ser acessados na página do TCESP, no seguinte endereço:

http://www4.tce.sp.gov.br/comunicados

Tabela 16 – Comunicados expedidos pelo GP

COMUNICADOS GP			
Área	**Comunicado**	**Título**	**D.O.E.**
GP	**08/2019**	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 27/03/2019	**28/03/19**
GP	**07/2019**	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 20/03/2019	**21/03/19**
GP	**06/2019**	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 13/03/2019	**14/03/19**

GP	**05/2019**	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 27/02/2019	**28/02/19**
GP	**04/2019**	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 21/02/2019	**22/02/19**
GP	**03/2019**	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 13/02/2019	**14/02/19**
GP	**02/2019**	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 06/02/2019	**07/02/19**
GP	**01/2019**	LEVANTAMENTO – EXAMES PRÉVIO DE EDITAL	**01/02/19**

Tabela 17 – Comunicados expedidos pela SDG

COMUNICADOS SDG			
Área	**Comunicado**	**Título**	**D.O.E.**
SDG	**09/2019**	Novas informações em processos de contas	**15/03/2019**
SDG	**08/2019**	23º Ciclo de Debates com Agentes e Políticos Municipais	**08/03/2019**
SDG	**07/2019**	Relação de órgãos ou entidades impedidas de novos recebimentos	**08/03/2019**
SDG	**06/2019**	Relação de órgãos ou entidades impedidas de novos recebimentos	**06/02/2019**
SDG	**05/2019**	Estudos realizados no TCA-18484/026/15	**01/02/2019**
SDG	**04/2019**	Composição do Tribunal Pleno e Câmaras	**01/02/2019**
SDG	**03/2019**	Informações sobre Obras Paralisadas e ou Atrasadas	**11/01/2019**
SDG	**02/2019**	Relação de órgãos ou entidades impedidas de novos recebimentos	**09/01/2019**
SDG	**01/2018**	Valor atualizado de remessa	**08/01/2019**

TCESP

Tribunal de Contas

do Estado de São Paulo

2018